

# Políticas públicas em educação musical no Pará: Análise de conteúdo sobre a educação musical no Acará-PA

## Comunicação

*Fábio Roberto Fonseca da Silva*  
*Universidade do Estado do Pará (UEPA)*  
*fabio.rfdsilva@aluno.uepa.br*

*Carlos Augusto Pinheiro Souto*  
*Universidade do Estado do Pará (UEPA)*  
*carlos.souto@uepa.br*

**Resumo:** A presente pesquisa constitui-se como um estudo de caso da situação da educação musical nas escolas da Rede Municipal do Acará-PA. Considerando dados previamente coletados em pesquisa-ação realizada anteriormente, pode-se dar seguimento a presente pesquisa, levando também em consideração a proposição feita à Secretaria de Educação, buscando compreender a situação da educação musical no município, tendo em vista a inserção de um dos pesquisadores como professor em escolas públicas municipais, assim como dados atualizados junto à secretaria municipal de educação. Considerando a importância de um arcabouço teórico mais denso sobre políticas públicas, a presente pesquisa dialoga com autores como Secchi (2021) e Chrispino (2016), Souto e Silva (2021) e Wolffembüttel (2022), que tratam sobre políticas públicas e políticas educacionais para a educação musical, respectivamente, entre outros(as) que ajudaram na construção do corpo teórico-conceitual da pesquisa. A metodologia da pesquisa tem abordagem qualitativa, com estudo de caso, valendo-se da análise de conteúdo. Foram aplicados questionários, para entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de compreender a percepção e encaminhamentos das equipes diretivas da SEMED e das escolas no que diz respeito a implementação da educação musical no contexto escolar. Os dados, devidamente organizados, a partir da análise de conteúdo, permitiram uma maior compreensão sobre a situação da educação musical na cidade do Acará-PA. Assim, compreende-se que o presente estudo contribuirá com a ampliação do debate sobre a educação musical nas escolas do Pará e do país, bem como oportunizará o desenvolvimento de ações para a efetiva implementação da educação musical no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, educação musical, análise de conteúdo.

## Introdução

O estudo sistemático sobre políticas públicas para a educação musical tem sido recorrente no curso de licenciatura plena em música da Universidade do Estado do Pará - UEPA. O debate é promovido por grupos de pesquisa como o EMPODERA e o NUPEM, buscando compreender a inserção da música no contexto escolar no estado do Pará e fortalecer a democratização do ensino da música na educação básica. Nesses debates, são discutidos temas como: políticas públicas para a educação musical, a Lei 11.769/08, que torna a música obrigatória na escola e, embora tenha sido substituída, ainda é assunto prevalente nos debates porque se constitui como Lei que considera a especificidade da música enquanto linguagem artística. A Resolução nº 2/2016 do CNE/CEB que operacionaliza a Lei 11.769/2008, também foi assunto recorrente nas aulas.

Conjectura-se haver certa resistência das Secretarias de Educação do Pará em implementar mudanças que favoreçam a presença da música nas escolas, devido a uma visão anacrônica sobre o ensino das artes. Esse obstáculo epistemológico e conceitual contribui para a ausência da educação musical nas escolas, desvalorizando seu papel na formação básica. A pesquisa resultou em uma investigação sobre a situação da educação musical em Acará-PA, envolvendo professores, pedagogos e a Secretaria de Educação local, que responderam a um questionário on-line, além de conversas via aplicativo de mensagens. A iniciativa visa propor melhorias para a rede municipal de ensino.

A pesquisa qualitativa, baseada em estudo de caso, analisou dados da Secretaria de Educação de Acará (SEMED), escolas municipais e uma escola de música. A análise de conteúdo permitiu compreender como a educação musical está sendo abordada na região, comparando o que foi proposto com o que foi alcançado até o momento. O estudo é parte de um projeto mais amplo sobre políticas públicas para a educação musical no Pará, visando promover o debate e a produção de conhecimento na área. Fica evidente a importância sobre a discussão e implementação políticas que garantam o acesso de todos à educação musical, valorizando seu papel na formação dos estudantes.

<sup>1</sup> Educação Musical, Políticas e Decolonialidades.

<sup>2</sup> Núcleo de Pesquisa em Música Vicente Salles.

## Políticas públicas: reflexões a partir da ciência política

Segundo Chrispino (2016), política pública é a arte de governar e decidir os conflitos sociais, refletindo os valores e ideologias do formulador. Já Secchi (2021) destaca que a ciência da política pública surgiu da necessidade de análise interdisciplinar, abordando diagnósticos de problemas e soluções, assim como a implementação de políticas através de instrumentos concretos. Para o autor a análise de políticas públicas envolve diversos aspectos para efetiva materialização das políticas. Segundo essa perspectiva, outros autores enfatizam que

As políticas públicas funcionam como elementos estruturantes das ações que promovem as políticas sociais, mas não, necessariamente, são exclusivas para a agenda social, pelo fato de que nem toda política pública é política social ou se destina para tal. Contudo, é através da política pública que serão providas as políticas sociais. (Matias e Jardimino, 2019, p.49-62).

Para Mainardes (2018), a utilização da abordagem do ciclo de políticas na política educacional brasileira data dos anos 2000, realizada principalmente por pesquisadores e pós-graduandos da UERJ. Segundo Secchi (2021), há muitos cientistas sociais teorizando sobre políticas públicas no país, mas com pouca aplicação prática. O autor lembra ainda que

O problema público é um conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda uma quantidade ou qualidade considerável de atores. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, imposto e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros. (Secchi, 2021, p.5).

Souto e Silva (2022) discutem a importância das políticas públicas em educação musical, destacando a necessidade de refletir sobre o significado de políticas públicas como solução para problemas públicos. Entende-se que a ausência da educação musical nas escolas pode configurar-se como um problema público, pois o conhecimento artístico é essencial para o desenvolvimento humano e deve ser garantido a todos como um direito fundamental. Para

Secchi (2021), a mobilização de diversos atores sociais é crucial para sensibilizar a sociedade e os políticos em relação a essa questão.

### **Políticas públicas e educação musical: uma construção necessária**

As políticas públicas estão diretamente ligadas aos problemas públicos, sendo essencial ampliar a participação dos atores sociais em prol da educação musical. Um estudo realizado por Souto e Silva (2022) abordou a implementação da educação musical no município de Acará, no Pará, adotando a metodologia de pesquisa-ação. Essa abordagem permitiu não apenas investigar as práticas existentes, mas também promover um processo de reflexão e intervenção colaborativa entre os envolvidos, oferecendo assim insights valiosos sobre a realidade e os desafios da educação musical na região.

Diversos autores têm destacado a importância da consolidação da educação musical, relacionando-a com a política educacional e políticas públicas em diferentes regiões do país.

Nesse viés, Souto e Wolffembüttel (2020) consideram que há um avanço expressivo quando se trata sobre as pesquisas que investigam as políticas sociais e educacionais. No entanto, os autores enfatizam que

Apesar desse cenário promissor, diversos pesquisadores do campo das políticas destacam a necessidade de empregar referenciais analíticos mais consistentes, bem como de ampliar a interlocução com a literatura internacional, bastante vasta e com uma variedade de perspectivas teórico-metodológicas. (Souto e Wolffembüttel, 2020: p. 96620).

Autores como Silva e Souto (2023) apresentam resultados preliminares sobre políticas públicas em educação musical no Pará, auxiliando na análise das políticas na região e buscando sua extensão nacional, além de fundamentar e ampliar a construção de políticas públicas para a implementação da música nas escolas, permeando a busca pela construção de uma política constitutiva para regulamentá-la.

Em trabalho recentemente desenvolvido, Souto e Silva (2022) acrescentam, ainda, que seria

Fundamental pensar na educação musical não apenas na escola e para a escola, mas para os diversos territórios educativos e familiares a fim de que um quantitativo expressivo de atores se envolva, e perceba que a ausência da educação musical na sociedade constitui-se como um problema público e que precisa de uma política de enfrentamento efetivo e intencional desse problema. Há um expressivo avanço no que diz respeito a produção de estudos que versam sobre a importância da educação musical, bem como a necessidade de implementação da música no contexto escolar. (Souto e Silva, 2022).

Os pesquisadores Silva e Souto (2023) destacam o engajamento em projetos sociais de políticas educacionais, visando a capilarização das ações em escolas municipais de Belém/PA. Propõem incentivos como a garantia de um selo para espaços públicos que adotem a educação musical, visando fortalecer a música nas escolas do Estado. Em Acará-PA, a pesquisa-ação focou nos alicerces das políticas públicas, incluindo influência, texto político e prática, promovendo a visibilidade e engajamento na área musical.

Algumas ações, como formação continuada e festival de música, visaram conscientizar sobre a importância da música, com apoio da prefeitura e SEMED. No tocante, Wolffenbüttel (2023) destaca a música como entretenimento e comunicação, reforçando a importância da sua inserção na escola. Em se tratando do contexto da prática, profissionais conseguiram incluir a música em escolas municipais por meio de projetos de complementação em contraturno, seguindo as etapas cinco etapas do ciclo das políticas públicas: contexto da influência, do texto político, da prática, dos efeitos e da estratégia.

Nesse sentido, Chrispino (2016) destaca a importância dos atores sociais, instituições e estratégias de política na formação de redes de política, que reúnem diversos atores em torno de um interesse comum na implementação de políticas públicas.

## **Metodologia**

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com estudo de caso, a partir da observação participante. Segundo Costa e Costa (2019), Pesquisas com abordagens qualitativas tem como finalidade a compreensão, e está no contexto das “Ciências

Compreensivas”. Ainda para os autores, nessa ferramenta metodológica há uma dinâmica relação entre o sujeito e o mundo real, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Pesquisas com abordagens qualitativas estudam a Realidade Social, ou seja, seus valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, buscando seus significados. Ela é específica, e está condicionada pelo momento histórico e pela organização política e econômica de tal momento. (Costa e Costa, 2019)

Segundo Gerring (2019) destaca que o estudo de caso é intensivo, focado em um caso particular ou em poucos casos, buscando esclarecer uma população maior de casos. Goldenberg (2011) defende o estudo de caso como uma análise holística que considera uma unidade social completa, como um indivíduo, família ou comunidade, para compreendê-los em seus próprios termos.

O estudo de caso se dá por meio de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, possibilitando a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. Para a pesquisadora, trata-se de uma perspectiva onde a quantidade dá lugar à intensidade, à uma imersão profunda por meio da observação participante por certo período, através das entrevistas e da análise de diferentes fontes que podem ser cruzadas objetivando o alcance de níveis de compreensão não garantidos com a pesquisa quantitativa. (Goldeberg, 2011, p.27).

A pesquisa utilizou o método de análise de conteúdo, seguindo a abordagem de Bardin (2015) e de Moraes (1999). A análise se baseia na dedução e oscila entre objetividade e subjetividade.

A investigação atual foi realizada após uma pesquisa-ação que impactou na formação da rede municipal de ensino, com maior abrangência no ensino da música e contratação de profissionais. Esses resultados demonstram a relevância e a adaptabilidade da análise de conteúdo em diferentes contextos.

Em se tratando da importância da observação participante para explorar o tema, Becker (*apud* Goldenberg, 2011) acrescenta que dentro desse modelo de trabalho de campo

O pesquisador coleta os dados através da sua participação na vida cotidiana do grupo ou da organização que estuda, observa as pessoas para ver como se comportam, conversa para descobrir as interpretações que têm sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes situações. (Becker *apud* Goldenberg, 2011: p.27).

Os elementos deste trabalho de pesquisa incluem coleta de dados de servidores da SEMED, coordenadores(as) e secretários(as) de ensino, professores(as) de artes e diretor da escola de música. Foram utilizados entrevistas, questionários, registros de imagens e observação participante para analisar os dados. Para a análise de conteúdo tomou-se como base o trabalho realizado por Moraes (1999), que considera a descrição do processo da análise de conteúdo constituído em cinco etapas: Preparação das informações, unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação. Complementando, foi consultado trabalho de Bardin (2015), que considera que o método seja capaz de possibilitar compreender a mensagem além de seus significados imediatos.

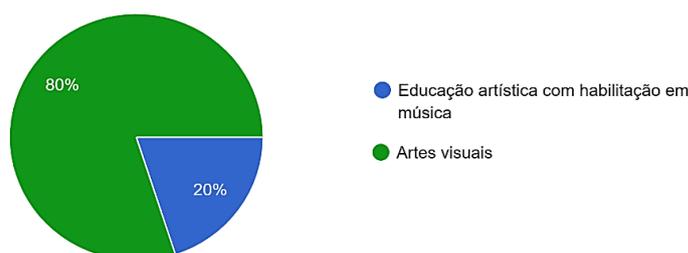
## Resultados e discussão

A coleta de dados foi feita em outubro de 2023, junto à SEMED, e incluiu entrevistas semiestruturadas, preenchimento de formulários online pelos professores e diretores das escolas, além de um levantamento comparativo com dados de pesquisa do ano anterior. A SEMED informou que há 21.942 alunos matriculados no ensino fundamental na rede municipal, com apenas 625 na escola de música maestro Antônio Ingles. Além disso, três escolas municipais oferecem educação musical, mas os professores não são habilitados na área, o que vai contra a legislação.

Dos 22 professores de Arte nas escolas regulares do município, apenas um tem habilitação em música. Os dados coletados mostram que a presença do educador musical na rede municipal era inexistente no ano anterior. A SEMED afirma que a música é abordada através do ensino das artes, com pedagogos atuando de forma generalista. Apenas cinco dos sete professores e cinco dos nove diretores responderam completamente aos formulários enviados, enquanto o diretor e os professores da escola de música contribuíram com suas respostas.

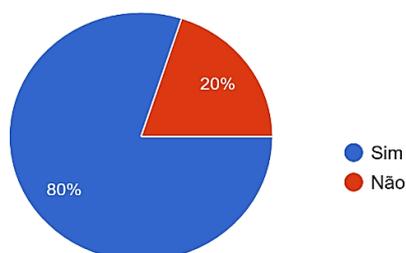
Entre os professores que participaram da pesquisa, 80% têm formação em artes visuais. Todos trabalham há, no mínimo, dez anos com o ensino de Arte, sendo pelo menos metade desse tempo dedicado ao ensino de arte no município.

Gráfico 1: Gráfico destacando o percentual de professores em relação a sua área de formação.



No que diz respeito a ensinar conteúdos voltados à área musical, contraditoriamente 80% dos professores responderam que trabalham conteúdos musicais, ainda que tenham confirmado, em sua maioria, em outra questão do formulário, que desenvolvem principalmente outras linguagens artísticas como teatro, dança e artes visuais. (ver quadro 1).

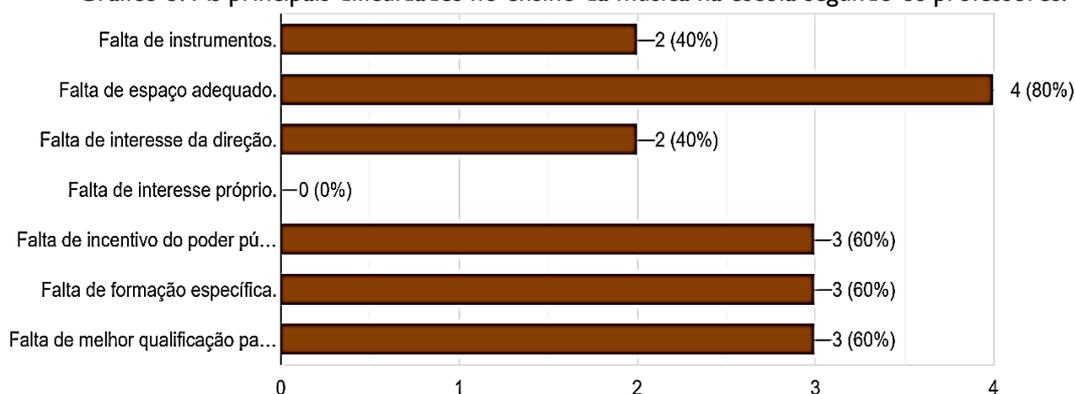
Gráfico 2: Percentual de professores que respondeu se trabalha ou não conteúdos musicais na escola.



Quando perguntados sobre qual(is) a(s) dificuldade(s) no ensino da música na escola, podendo assinalar várias entre as possibilidades disponíveis nas repostas direcionadas na

questão, o que mais os professores destacaram foi a falta de local adequado para realização das aulas/atividades. Esse dado foi seguido, em igual percentual, pela falta de incentivo do poder público, falta de formação específica e pela falta de melhor qualificação para atuar na educação musical.

Gráfico 3: As principais dificuldades no ensino da música na escola segundo os professores.



Parece ser essencial que haja uma reavaliação das práticas pedagógicas no ensino das linguagens artísticas - em particular da música - visando garantir melhores resultados em diferentes contextos, especialmente quando os professores não possuem formação específica na área. A falta de estrutura adequada para aulas de música também é um problema apontado, com necessidade de espaço, equipamentos e instrumentos adequados para proporcionar uma experiência completa aos alunos. Além disso, a habilitação dos professores na área musical é fundamental para garantir a qualidade do ensino de arte.

Nesse aspecto, para Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), é importante haver revisão das práticas polivalentes para as artes, buscando melhorias nos resultados em contextos variados em se tratando da qualidade do ensino de arte quando não é exercida por profissionais habilitados que atuam em suas áreas de formação. Eles ainda enfatizam que

A tradição do ensino de arte na escola, voltada para a prática polivalente em muitos contextos, representa um desafio a ser enfrentado pelos sistemas educacionais para que a música possa ser incluída no currículo de maneira autônoma, ministrada por licenciados na área de música, em nome da qualidade da educação musical que se espera para a escola brasileira. (Soares, Schambeck e Figueiredo 2014, p.178).

Os professores apontaram a falta de incentivo do poder público e a falta de formação específica como dificuldades para lecionar música na escola. Segundo Palmeiras *et al* (2016), a participação em discussões que vão além do campo musical é vista como necessária. Para enfrentar os desafios da formação do professor e das condições de trabalho nas escolas, a inserção da educação musical nas políticas públicas educacionais é fundamental para fortalecer e garantir a sobrevivência da área.

A análise de conteúdo seguiu a categorização de Bardin (2015) e Moraes (1999), com etapas de inventário e classificação das informações. Os professores foram identificados por números e suas respostas foram compiladas juntamente com as dos professores de artes da escola de música e diretores das escolas do município. A primeira compilação se refere às respostas dos professores sobre o desenvolvimento de conteúdos musicais.

Quadro 1 - Respostas dos(as) professores (as) de Arte à questão: Você trabalha conteúdos musicais na escola? Se sim, quais?

Professores (as)	Respostas
1	Coral, orquestra de percussão, análise de letras gêneros musicais.
2	O que tá descrito na BNCC. Mas acabo ficando só na parte teórica.
3	História da música, música brasileira do século XX, interpretação de letras de músicas.
4	Ritmos.

A pesquisa revelou que a maioria dos professores não possui uma carga horária específica para o ensino de música, mas um deles organiza sua própria carga horária para esse fim. Além disso, foi elaborado um Quadro 2 com as respostas dos professores sobre como a música está inserida em suas aulas.

Quadro 2 - Respostas dos(as) professores (as) de Arte à questão: De que forma a música está inserida nas suas aulas?

Professores (as)	Respostas
1	Sempre é pressuposto principal.
2	Só parte teórica e quando os alunos estão fazendo ensaio para a marcha da pátria.
3	Nas dramatizações.
4	De modo complementar à minha área de formação.
5	Em minha percepção do grande interesse dos alunos por música construindo paródias ou ensaiando músicas para apresentações em culminâncias.

Nota-se que profissionais tentam incluir música nas aulas, mas enfrentam dificuldades devido à falta de formação específica. Isso pode prejudicar a educação musical em sua completude.

Uma planilha com respostas sobre a importância da música na escola segue a mesma lógica de organização das mensagens.

Quadro 3 - Respostas dos(as) professores (as) de Arte, professores de música da escola de música, e de diretores(as) de escolas à questão: Para você, qual é a importância da música na escola?

Professores (as)	Respostas
1	De refletir sobre as nossas ancestralidades, identidades e pertencimento sócio raciais, culturais, político e religiosa.
2	Por vários motivos. No espaço escolar podemos fazer grandes descobertas para música. A pessoa que gosta de cantar, tocar, escreve, e por aí vai. Até mesmo a música pode resgatar aquele aluno que está com problema fora da escola.
3	Ajudaria bastante.
4	A música é muito importante para que se crie uma familiarização com esta linguagem, pois, por meio da música, podemos aplicar noções de tempo, espaço, volume, ritmo, harmonia, melodia, métrica, além de que, com o estudo da música é possível entender vários períodos históricos.
5	Ela ajuda cativando os alunos e aproveitando o interesse deles por músicas.
6	A música pode se tornar uma grande aliada do processo de ensino-aprendizagem em escolas públicas, podendo ser utilizada como ferramenta educacional e pedagógica, seja em sala de aula ou na formação de grupos como banda e corais, entre outros. Além disso, é importante destacar a transversalidade presente no ensino musical, envolvendo direta e indiretamente diferentes disciplinas do currículo.
7	A música desenvolve outras áreas do conhecimento além de ajuda no desenvolvimento afetivo da criança, aumentando a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo.
8	Ajuda na socialização da criança, desenvoltura, concentração.
9	Importante para o processo de letramento.
10	Ajuda no processo ensino aprendizagem dos educandos.
11	A música ajuda o aluno a conhecer a cultura musical.

As respostas sobre a importância da música na escola variam, desde a potencialização do ensino escolar até uma visão mais ampla que relaciona a música com aspectos

socioemocionais e culturais intrínsecos à vida humana. A análise de conteúdo, seguindo os parâmetros de Bardin (2015), inclui a compilação dos elementos da pesquisa em grelhas categoriais, para posterior diferenciação e reagrupamento conforme critérios preestabelecidos.

Aqui fez-se necessário a categorização, com ênfase ao caráter semântico, ou da palavra, para formar-se categorias temáticas diversas e não homogêneas “devido à complexidade e à multidimensionalidade do material verbal” (Bardin, 2015: p.116).

Tabela 1: Distribuição das respostas dos(as) professores(as) a respeito do conteúdo musical trabalhado em suas aulas.

Conteúdos/assuntos abordados	Professores	Quant.
<b>Generalizado em outras linguagens artísticas, atividades práticas, outros</b> - Coral, orquestra de percussão, análise de letras gêneros musicais. - História da música, música brasileira do século XX, interpretação de letras de músicas.		2
<b>Habilidades de acordo com o documento normativo</b> - O que tá descrito na BNCC. Mas acabo ficando só na parte teórica. - Ritmos.		2
<b>Nenhum</b>		1

A tabela demonstra claramente que os profissionais têm visões diferentes sobre o ensino de música, com alguns focando em habilidades específicas da BNCC e outros adotando uma abordagem mais ampla, que pode ser aplicada em diversas linguagens artísticas. É preocupante que uma profissional reconheça não integrar a música em suas aulas, pois isso pode indicar a carência de formação adequada e de cursos de aperfeiçoamento na área.

De certo modo, diante dessa realidade percebida, pode-se considerar tal situação como um reflexo de uma celeuma ligada à legislação específica – Lei 11.769/2008, que foi substituída pela Lei 13.278/2016. Esta última, estabelece as diretrizes, referente ao ensino da arte. (grifo nosso) Contudo, a Resolução CNE/CEB nº2/2016 regulamenta a Lei que trata sobre a obrigatoriedade da música e constitui-se como fundamento objetivo para o fortalecimento de políticas que garantam a implementação da educação musical na escola. A Lei 13.278/2016, assim como a Lei 13.415/2017 tratam sobre a integração das artes e isso, de

forma concreta, evoca a polivalência e constitui-se como retrocesso a todo esforço implementado por educadoras e educadores musicais, artistas, entre outros. A celeuma criada oportuniza, ao mesmo tempo, indefinições no que diz respeito a implementação da música na escola. Nesse sentido, a compreensão sobre a importância da educação musical na educação básica fica comprometida por uma hermenêutica do risco e prejudicada por encaminhamentos meramente burocráticos

Tabela 2: Distribuição das respostas dos(as) professores(as) no que diz respeito à maneira com que a música estaria inserida em suas aulas.

Professores	Quant.
<b>Maneira de apresentar o conteúdo musical</b>	
<b>Complementar a outras linguagens artísticas</b> - De modo complementar à minha área de formação. - Nas dramatizações.	2
<b>Atividades variadas</b> - Só parte teórica e quando os alunos estão fazendo ensaio para a marcha da pátria. - Em minha percepção do grande interesse dos alunos por música construindo paródias ou ensaiando músicas para apresentações em culminâncias.	2
<b>Especificamente na área (disciplina)</b> - Sempre é pressuposto principal.	1

Entre os que responderam ao questionário, apenas um professor na tabela prioriza a música em suas aulas de arte, demonstrando a importância do ensino musical na educação básica. Para Purin e Wolffenbüttel (2023), é papel dos responsáveis pela área incentivarem o retorno da Educação Musical às escolas.

A próxima tabela aborda a relação entre música e sua importância na escola, destacando a visão de diversos profissionais, incluindo diretores, sobre os benefícios cognitivos, emocionais e socioculturais do ensino musical para os alunos.

Tabela 3: Distribuição das respostas dos(as) professores(as) e diretores(as) no que diz respeito à importância da música na escola.

Professores	Quant.
<b>Relação entre a música e sua importância</b>	
<b>Normativa/formativa</b> - A música é muito importante para que se crie uma familiarização com esta linguagem, pois, por meio da música, podemos aplicar noções de tempo, espaço, volume, ritmo,	3

<p>harmonia, melodia, métrica, além de que, com o estudo da música é possível entender vários períodos históricos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A música pode se tornar uma grande aliada do processo de ensino-aprendizagem em escolas públicas, podendo ser utilizada como ferramenta educacional e pedagógica, seja em sala de aula ou na formação de grupos como banda e corais, entre outros. Além disso, é importante destacar a transversalidade presente no ensino musical, envolvendo direta e indiretamente diferentes disciplinas do currículo.</li> <li>- A música ajuda o aluno a conhecer a cultura musical.</li> </ul>	
<p><b>Cognitivo/emocional, percepção/reconhecimento e valorização sociocultural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- De refletir sobre as nossas ancestralidades, identidades e pertencimento sócio raciais, culturais, político e religiosa.</li> <li>- Por vários motivos. No espaço escolar podemos fazer grandes descobertas para música. A pessoa que gosta de cantar, tocar, escreve, e por aí vai. Até mesmo a música pode resgatar aquele aluno que está com problema fora da escola.</li> <li>- A música desenvolve outras áreas do conhecimento além de ajuda no desenvolvimento afetivo da criança, aumentando a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo.</li> <li>- Ajuda na socialização da criança, desenvoltura, concentração.</li> <li>- Ajuda no processo ensino aprendizagem dos educandos.</li> </ul>	5
<p><b>Genérico/vago</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajudaria bastante.</li> <li>- Ela ajuda cativando os alunos e aproveitando o interesse deles por músicas</li> <li>- Importante para o processo de letramento</li> </ul>	3

Em estudo realizado por Penna, Pinto e Santos (2018) abordou a relação pessoal e subjetiva com a música, bem como a influência de diferentes vivências e ambientes socioculturais nas práticas educativas. Os autores buscaram conectar a dimensão subjetiva com os fatores sociais e culturais, visando contribuir para a área da educação musical.

No quadro a seguir, foram analisadas também as respostas de diretores de escolas sobre a presença da educação musical nas escolas, conforme previsto na lei 11.769/2008.

Quadro 4: Tomando como referência a lei 11.769/2008, de que forma a música está inserida na sua escola?

Diretores (as)	Respostas
1	Nas atividades recreativas e rotinas nas salas de educação infantil.
2	Não é muito presente.
3	Infelizmente, ainda não ocupa o seu espaço devido, exceto em eventos isolados.
4	Através de instrumentos de sopro chamados de flauta.
5	A música está presente no cotidiano escolar, de inúmeras formas, a exemplo, quando utilizada em sala de aula, para desenvolve diferentes habilidades como: o raciocínio, a criatividade, a autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética, das crianças e demais alunos, além de estimular a linguagem oral, a afetividade, a percepção corporal e também promover a socialização.

No próximo quadro, onde a pergunta tem como referência o que está na lei 13.278/2016, e na lei 13.415/2017, em que a música figura juntamente com as artes visuais, teatro e dança como componentes curriculares, os diretores têm suas respostas dispostas a seguir.

Quadro 5: Tomando como referência as leis 13.278/2016 e 13.415/2017, de que forma a música está inserida na sua escola?

Diretores (as)	Respostas
1	Ela está inserida nas aulas dos professores, ainda não temos uma disciplina específica.
2	Ainda falta muito para ser implementada.
3	Nenhuma.
4	2h semanais.
5	A lei inclui artes visuais, dança, música e teatro no currículo da educação básica. Ofertando a carga horária na área de linguagens.

A seguir consta mais uma última grelha categorial transversal de mensagens, em forma de respostas às perguntas referentes às leis ligadas ao ensino da música e arte, e sua operacionalização e obrigatoriedade na educação básica, segundo o entendimento dos diretores de escolas do município do Acará-PA.

Tabela 4: Distribuição das respostas dos(as) diretores(as) no que diz respeito à inserção da música na escola tomando como base as leis 11.769/2008, 13.278/2016 e 13.415/2017.

Professores	Quant.
<b>Respostas sobre a inserção da música com base em leis específicas</b>	
<p><b>Em acordo com a legislação, total ou parcialmente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Através de instrumentos de sopro chamados de flauta;</li> <li>- Com carga-horária de 2h semanais.</li> <li>- Nas atividades recreativas e rotinas nas salas de educação infantil;</li> <li>- Ela está inserida nas aulas dos professores, ainda não temos uma disciplina específica.</li> <li>- A música está presente no cotidiano escolar, de inúmeras formas, a exemplo, quando utilizada em sala de aula, para desenvolve diferentes habilidades como: o raciocínio, a criatividade, a autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética, das crianças e demais alunos, além de estimular a linguagem oral, a afetividade, a percepção corporal e também promover a socialização;</li> <li>- A lei inclui artes visuais, dança, música e teatro no currículo da educação básica. Ofertando a carga horária na área de linguagens.</li> </ul>	3

<p><b>Atividades variadas/entretenimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Infelizmente, ainda não ocupa o seu espaço devido, exceto em eventos isolados;</li> <li>- Não há carga horária específica.</li> </ul>	1
<p><b>Outras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não é muito presente;</li> <li>- Ainda falta muito para ser implementada.</li> </ul>	1

As respostas dos diretores sobre a implementação da música nas escolas parecem não refletir o real sentido da norma legal. Muitos atribuem atividades musicais, mas não uma educação musical completa. Um diretor mencionou questões burocráticas e falta de espaço como razões para a música não ser totalmente integrada na rede municipal de ensino (Figura 1). Ele trabalha na área há 21 anos e destaca esses problemas como obstáculos para o desenvolvimento de atividades musicais.

Figura 1: Recorte do formulário Google – Pergunta feita ao diretor da escola de música do município do Acará-PA.

Já que a prefeitura tem o ensino musical especificamente na escola de música Antônio Ingles, e considerando que há leis direcionadas para tal implementação dessa linguagem artística, por que a educação musical não está inserida na rede municipal?

1 resposta

Por questões burocráticas e falta de espaço físico adequado para o desenvolvimento de atividades musicais.

No contexto da educação musical no município, há um desconforto devido à falta de presença do educador musical nas escolas de educação básica municipais. A prefeitura oferece ensino musical técnico e instrumental apenas na escola de música, e há uma inobservância das leis que direcionam a implementação da linguagem artística. Profissionais sem formação na área musical muitas vezes substituem professores removidos, deixando lacunas no ensino de música, o que evidencia a falta de prioridade e de preparo adequado para o ensino dessa disciplina nas escolas municipais.

Diante da análise do contexto de influência, se levou em consideração, inclusive, o que foi discutido por Mainardes (2018), como a historicidade da política investigada, já que geralmente políticas similares podem ter sido propostas antes do surgimento de uma “nova

política”. Isso relaciona-se com a implementação da educação musical no município por intermédio do Decreto municipal 591/2019, como atividade complementar de educação integral, com a efetivação da escola de música em prédio próprio ocorrido em 2022.

A investigação sobre a produção de texto e prática antes realizada influenciou a Secretaria de Educação, resultando em ações que promoveram a difusão da música no município. Um levantamento posterior revelou que três escolas incluíram a música como parte do currículo, em conformidade com as propostas anteriores. Essa inclusão, através de projetos integrados, foi aprovada e implementada pela Secretaria de Educação, beneficiando uma parcela maior da população de forma democrática.

Cabe aqui um adendo, no escopo de elucidar, como afirmam as autoras Ramos e Cunha (2016), que as políticas educacionais não são simplesmente implementadas, mas também são recriadas pelos atores sociais que atuam na interpretação e reinterpretação dessas políticas. Eles desempenham um papel ativo na aplicação das políticas, indo além do simples cumprimento dos elementos do texto.

### **Considerações**

Na conclusão deste estudo, foi observado que no município do Acará, no Pará, não há educadores musicais atuando nas escolas públicas da rede municipal. Em estudos anteriores, observou-se que apenas 3% dos alunos tinham acesso ao ensino regular de música na Escola de Música Antônio Ingles, e que a falta de profissionais habilitados e a burocracia no poder público são apontadas como obstáculos para a implementação eficaz da educação musical nas escolas.

Não obstante, como aponta a pesquisa de Borges (2018)

Há uma necessidade de socialização e ensino dos conhecimentos musicais elaborados e acumulados pela humanidade na Educação Básica. Para ele, conhecer, apreciar e produzir música são capacidades que podem ser constituídas por meio da educação escolar, pois estão diretamente relacionadas às condições de vida e de acesso à cultura, não a qualidades inatas. (Borges, 2018, p.133).

Destacamos, ainda, o que diz Cardoso (2022), a respeito da música fazer parte do desvendar da condição humana, sendo, por isso, necessário defender a formação musical como atividade continuada, por toda a vida, principalmente porque ela nos informa sobre o que é ser humano.

O Plano Municipal de Educação do Município do Acará reforça a implementação da música na educação básica, seguindo a Lei N° 208/2015. A proposta visa promover uma educação inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos acaraenses. Com vigência de 10 anos, o plano busca transformar de forma significativa a educação básica no município, oferecendo oportunidades de desenvolvimento educacional para todos os alunos.

Além disso, com a aprovação da Lei 13.005 de junho de 2014, em cumprimento do art. 8 desta lei, já teria se iniciado o processo de reestruturação da política educacional do município efetivando:

- II - universalização do atendimento escolar.
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.
- IV – melhoria da qualidade da educação.
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. (lei 13.005 de junho de 2014). (Acará, 2023).

Assim sendo, conjeturo haver necessidade de ampliação do debate sobre a importância da educação musical no contexto da educação básica para um maior impacto social, atinando às principais discussões para promoção de políticas públicas satisfatórias aos anseios de uma sociedade.

Com isso, a educação musical pode ir além do esperado, criando, por exemplo, um contexto de música e sustentabilidade nas salas de aula. Isso pode promover maior compreensão sobre a conservação da natureza, justiça social e desenvolvimento econômico. A importância da educação musical na educação básica deve ser amplamente discutida para impactar a sociedade. A música ajuda a compreender nossas emoções, memórias e

comunicação de forma mais ampla. É necessário promover políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade nesse aspecto.

## Referências

ACARÁ, Prefeitura Municipal de Acará. LEI Nº 208/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Disponível em: <https://acara.pa.gov.br/lei-no-2082015-de-24-de-junho-de-2015/>. Acesso em: 10 Jan 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2015. 281p.

BORGES, Renato. ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA: TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO MUSICAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE). Goiânia/GO, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/88dc567b-6141-4c2e-afb9-7c564b8f2224>.

CARDOSO, Renato. A condição humana e a educação musical: provocações do pensamento Complexo. XII Encontro Regional Sul da ABEM. v.5. 2022.

COSTA, Marco. A. F.; COSTA, Maria. F. Barroso. Metodologia da Pesquisa: abordagem qualitativas. 1ª ed. Rio de Janeiro: DosAutores, 2019. E-book Kindle. Recuperado de Amazon.com.

CHIRSPINO, Álvaro. Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2016.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. Jornal de Políticas Educacionais. v.12. n. 16. 2018.

MATIAS, Breno H.; JARDILINO, José R. Lima. Políticas Públicas e seus ciclos na área educacional: o caso do Ensino de Música. cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 49-62, jul./dez. 2019.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista educação, Porto Alegre, v.22, n. 37, p.7-32, 1999.

PALMEIRAS, Jênifer de Brum; SAGGIORATO, Alexandre; PASQUALOTTI, Adriano; SGARI, Rosani. ENSINO DE MÚSICA NO BRASIL: O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS IES. XIII coloquio internacional de gestión universitaria – CIGU. Gestión de la investigación y compromiso social de la universidad. Arequipa –

Perú. 2016. Disponível em:

[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171060/OK%20-%20103\\_00524.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171060/OK%20-%20103_00524.pdf?sequence=1).

PENNA, Maura; PINTO, Ana Luiz; SANTOS, Susie. RELAÇÕES COM A MÚSICA EM DIVERSOS CONTEXTOS DE FORMAÇÃO: SIGNIFICAÇÕES E SENTIDO DE VIDA. Revista da Abem, v. 26, n. 40, p. 5-22, jan./jun. 2018.

PURIN, Marcos Cardoso; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Política de inserção da música na escola. Osório: Uergs, 2023. 51 f. il. E-book. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2994>

RAMOS, Jéssica R. da Silva; CUNHA, Kátia Silva. ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS COMO REFERENCIAL ANALÍTICO PARA A COMPREENSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO. Anais II CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22480>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SECCHI, Leonardo. Análises de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SILVA, Fábio R. Fonseca; SOUTO, Carlos A. Pinheiro. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO MUSICAL NO PARÁ: ESTUDO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO PACTO PELA EDUCAÇÃO MUSICAL NO PARÁ – PEMPA EM ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO DO BENGUI/PA. I ENIGRUPEM (Encontro Integrado dos Grupos de Pesquisa em Música): Diálogos múltiplos, 2023.

SOARES, José; SCHAMBECK, Regina Finck; FIGUEIREDO, Sérgio. A formação do professor de música no Brasil. 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

SOUTO, Carlos A. Pinheiro; SILVA, Fábio R. Fonseca. Políticas Públicas em Educação Musical no Pará: a situação da educação musical na cidade do Acará-PA. XII Encontro Regional NORTE da ABEM. v.5. 2022.

SOUTO, C. A. P., & WOLFFENBÜTTEL, C. R. (2020). Música nas Escolas: uma investigação no município de Canoas/RS / Music in Schools: an investigation in a Brazilian municipality. Brazilian Journal of Development. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/21351>. Acesso em 10 jan. 2024.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A importância da inserção da música na escola: direito fundamental das pessoas, 2023b. Global Dialogue, 6(3), 85–106.

<https://doi.org/10.53660/GDIA.166.407>. Disponível em:

<https://gdialogue.org/index.php/journals/article/view/166>. Acesso em: 20 dez. 2023.